

Legado clássico no Renascimento e sua recepção:

contributos para a renovação
do espaço cultural europeu

Nair de Nazaré Castro Soares,
Cláudia Teixeira (Coords.)

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

ANNABLUME

LEONARDO BRUNI E O TRÍVIO DA MODERNIDADE (Leonardo Bruni at the Crossroads of Modernity)

MIGUEL MONTEIRO (miguel.sena@gmail.com)

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra

RESUMO – A obra *Dialogi ad Petrum Histrum* de Leonardo Bruni oferece diversas formas possíveis de responder ao desafio da Modernidade & do Classicismo. Visto ser um diálogo, deparamo-nos com opiniões divergentes e irredutíveis a uma posição dominante por parte do autor. Este artigo pretende analisar essas sugestões (a saber, as de Coluccio Salutati, Niccolau Niccoli, e Roberto Russo) e colocá-las numa perspetiva que seja também ela adequada para o nosso entendimento contemporâneo da importância da Antiguidade.

PALAVRAS-CHAVE – Renascimento; Leonardo Bruni; Coluccio Salutati; Modernidade; *Questione della lingua*; Querrela dos Antigos e dos Modernos

ABSTRACT – Leonardo Bruni's *Dialogi ad Petrum Histrum* present us with a chain of possible ways of dealing with the like challenges of Modernity and Classicism. As be seems a well-crafted dialogue with several live characters, it confronts us with different ways of solving the conundrum which are never wholly reducible to the author's thoughts on the subject. In this article I will pay attention to those various suggestions (to wit, those of Coluccio Salutati, Niccolò Niccoli, and Roberto Russo) and try to weight them in such a way as to be able to draw some understanding even to our contemporary dealings with Classical Antiquity.

KEYWORDS – Renaissance; Leonardo Bruni; Coluccio Salutati; *Questione della lingua*; Quarrel of the Ancients and the Moderns.

Tentar descobrir quando realmente é que começou o Renascimento, se entendida de forma historiográfica, é em grande parte uma questão estéril. Deparamo-nos perpetuamente com sinais contraditórios, quer vindos do fulgor da Idade Média tardia, quer das discrepâncias regionais, quer das próprias considerações de classe e de estatuto social daqueles em que buscaríamos a resposta. Nessa senda, passamos ainda pela sedutora “esquizofrenia” cultural a que se dedicaram tantos intelectuais desde Petrarca, que disse de si que olhava «*simul ante retroque prospiciens*»¹ ou seja que «ao mesmo tempo olhava de frente tanto para o que estava diante dele quanto para o que estava para atrás», passando por Pico de Mirandolla, na sua vital defesa do valor da intelectualidade escolástica. Mas essa “esquizofrenia”, da qual nós mesmos somos assumidos e com orgulho herdeiros,

¹ Petrarca. *Rerum Memorandarum Libri* I.19 «velut in confinio duorum populorum constitutus ac simul ante retroque prospiciens.».

não raras vezes tentou ser resolvida através do formato ‘querela’ — em latim, *lis*. Quer isto dizer que foram trazidas como numa causa jurídica os argumentos a favor de uns e dos outros, dos Antigos e dos Modernos ou, como nós poderíamos dizer hoje em terminologia contemporânea, do Clássico e do Contemporâneo. O momento que por antonomásia vem designado como *Querela* é, sem grande questão, o problema da dissensão científica e artística travado em França no século XVII, mas não é o único. Outros fogos hão de se atear, como sejam as discussões políticas travadas aquando da tentativa da direção das duas grandes revoluções do século XVIII, primeiro a Americana e depois a Francesa e, para dar mais um exemplo, no período que se segue à Segunda Guerra Mundial, as tentativas de intelectuais (principalmente judeus, principalmente exilados alemães, como sejam Leo Strauss e Hannah Arendt) de reacender a querela entre os Antigos e os Modernos.

Ora, para voltar atrás, como quer que seja que queiramos definir o Renascimento, onde quer que queiramos pôr as balizas, jamais conseguimos evitar associá-lo intimamente à recuperação do Património Clássico pela parte de um grupo bastante *sui generis* de personagens que, primeiro em Itália, depois na restante Europa, redescobriram e redivulgaram obras até então abandonadas. A certa altura Jacob Burckhardt comenta que «poderíamos imaginar o Renascimento sem a recuperação do património clássico, mas seria um Renascimento muito diferente daquele que conhecemos»². Ora, nós não somos mais capazes de concordar com isso: vemos o Renascimento precisamente como esse confrontar da tradição (medieval) com a renovação revolucionária e utópica proporcionada pelo confronto com o património perdido da Antiguidade Greco-Latina, património esse que se entendia já na Antiguidade como parte fundamental, por vezes mesmo epigonal, duma tradição antiga. Armados dessa tradição, os ditos renascentistas ou humanistas continuaram um processo de reconquista das diversas províncias do saber e das artes, começando com a perícia na arte de escrever latim, passando pela redescoberta da língua grega, continuando pela aplicação de cânones antigos às obras de arte contemporâneas, e pelo reconhecimento do conhecimento técnico transmitido pela Antiguidade Greco-latina. Há muitos argumentos que nos levam a acreditar que uma das primeiras figuras capazes de incluir em si estas diversas facetas foi o humanista e chanceler florentino Leonardo Bruni Aretino, nascido a 1377 e falecido a 1444.

² “Die bisher geschilderten Zustände würden die Nation erschüttert und gereift haben auch ohne das Altertum, und auch von den nachher aufzuzählenden neuen geistigen Richtungen wäre wohl das meiste ohne dasselbe denkbar; allein wie das Bisherige so ist auch das Folgende doch von der Einwirkung der antiken Welt mannigfach gefärbt, und wo das Wesen der Dinge ohne dieselbe verständlich und vorhanden sein würde, da ist doch die Äußerungsweise im Leben nur mit ihr und durch sie.” Burckhardt 1860: 98.

Leonardo Bruni é uma figura interessante. Beneficiou (juntamente com, por exemplo, o grande pedagogo Battista Guarini) das aulas do diplomata bizantino Emanuel Chrysoloras, cuja reforma do ensino da língua grega permitiu que o conhecimento deste conseguisse finalmente ser duma vez por todas enxertado no Ocidente (um avanço considerável face às tentativas bastante dolorosas de Petrarca com Leôncio Pilates); disso nos lembra o seu epitáfio: «*Postquam Leonardus e vita migravit Historia luget; Eloquentia muta est: Ferturque Musas tum Graecas tum Latinas Lacrimas tenere non potuisse.*» Também pertence a uma geração de charneira, a que floresce nas primeiras décadas do século XV, no que diz respeito à perícia no manusear a língua latina. Para citar McLaughlin a esse propósito, «*The Latin of men like Salutati and Petrarch could never be mistaken for classical prose; the Latin of humanists like Bruni and his generation is an almost perfect copy.*»³

Mas já nesse comentário somos capazes de traçar a suspeita de algo estranho. Uma cópia quase perfeita de quê? Se avançássemos um século, para os inícios do século XVI e para o apogeu da controvérsia sobre o Ciceronianismo, diríamos que o que estaria implícito seria: *uma cópia de Cícero*. Mas no início do século XV a questão da excelência latina estava longe de ser resolvida (e ainda mais perturbada ficaria após a redescoberta em 1416 por Poggio Bracciolini dos textos íntegros da *Institutio Oratoria* de Quintiliano)⁴. Sou da opinião de que essa inicial incapacidade por parte dos humanistas italianos de resolver o problema da excelência latina tem que ver com a forma bastante estranha para nós de como tradicionalmente se entendia a história da própria língua latina. Já pelo menos desde a publicação de Dante do seu livro *De vulgari eloquentia* que os doutos italianos estavam preparados para aceitar a divisão dantesca entre línguas naturais e línguas gramaticais, expressão que para Dante designava as línguas como o Latim que houvessem sido inventadas segundo ordens lógicas com o objetivo de facilitar a comunicação entre os povos (e, acrescentaríamos nós, entre os tempos). Numa carta, Leonardo Bruni lança-se na defesa dessa ideia e por conseguinte na refutação da ideia, para ele absurda, de que os Romanos antigos falassem Latim:

Quaestio nostra in eo consistit, quod tu apud veteres unum eundemque fuisse sermonem omnium putas, nec alium vulgarem, alium litteratum. Ego autem, ut nunc est, sic etiam tunc distinctam fuisse vulgarem linguam a litterata existimo. [...] Tu ne quaeso, Flavi, quum sis vir doctus ac litteris expolitus, vel alii, qui tecum sentiunt, animum inducere potestis ut credatis nutrices et mulierculas et hujusmodi turbam ita tunc nasci, ut quae nos tot magistris, tanto usu vix tenemus, illi nullis magistris assequerentur, ut eo modo loquerentur,

³ McLaughlin 1995: 95.

⁴ Sabaddini 1905: 110.

quemadmodum hi qui latine litterateque loquuntur [...]? *Profecto valde absurdum est ita credere.*⁵

Pareceu-me útil referir *en passant* esta controvérsia, que poucos anos mais tarde viria a ser filologicamente resolvida, entendendo-se quanto carecia de fundamento a ideia de que os Romanos não tivessem falado Latim (e, aproveito, expondo os preconceitos citados acima de gente como Bruni e afins). Útil porque nos permite antecipar um tipo de conhecimento com que mais tarde lucraremos quando quisermos perscrutar com mais afincos a índole que Leonardo Bruni reconhece no confronto dos seus tempos com os da Antiguidade. É, ao fim de contas, um problema com o qual nos deparamos hoje: quem manda numa língua? Quem determina o uso correto da língua franca, no mundo contemporâneo, indiscutivelmente o Inglês? O Inglês é a língua dum conjunto alargado de nações, cujos falantes, tomando em consideração os ditames da sociolinguística, determinam o uso padrão, correto e exportável da língua. A língua pertence a populações em particular, que, sem necessitarem de se ater a noções de lógica, de sentido ou de inteligibilidade, formulam as leis gramaticais dessa mesma língua. A visão tardo-medieval ou do primeiro renascimento (portanto, para o que nos interessa, sensivelmente de Dante a Leonardo Bruni) vê antes no Latim, na língua franca e comum não só à Cristandade ocidental mas também aos muitos séculos que os precederam, uma língua gramatical, inventada por sábios em tempos idos para ser uma língua racional e lógica (este preconceito incompreensível é o antepassado direto da absurda e pestífera opinião que consiste em denominar o Latim a ‘Matemática das Línguas’). Ora, se é uma língua gramatical, se é uma língua *lógica*, o mais que os Antigos podem fazer é dar exemplos de como atingir esse ideal lógico-formal, contudo, jamais de se apresentar a si mesmos como exemplos a seguir. Mas não é concebível a ideia de que devemos escrever Latim como Cícero porque *Cícero assim escreveu*, antes, o que se passa é que Cícero foi possivelmente o melhor orador Romano, forneceu-nos exemplos magistrais do uso da língua e é nesse caso uma escada que podemos trepar.

Este problema do confronto das capacidades entre Antigos e Modernos é o tema duma das primeiras obras de Leonardo Bruni, os *Dialogi ad Petrum Histrum*, comumente chamados *Diálogos a Pedro Paulo Vergério* (o mesmo que escreveu o famoso tratado pedagógico *De ingenuis moribus*). Esta obra recebeu notoriedade pela mão do historiador Hans Baron aquando da publicação do seu livro *The Crisis of the Early Italian Renaissance* (1955). Nessa obra, que rapidamente se tornou um dos temas quentes dos estudos renascentistas do século passado, Baron expõe uma tese que desafiava frontalmente a até-então quase hegemónica interpretação

⁵ Carta de Bruni a Flavio Forolivense (VI.10 no *Epistularium* de Mehus).

do historiador Jacob Burckhardt, que lia o Renascimento como a dita “era do Individualismo”. Desafiando-o, Baron cunhou a expressão *Humanismo Cívico* para tentar explicar os humanistas — com Leonardo Bruni ostensivamente a capitaneá-los — que, no seu entender, teriam tentado voltar aos ideais republicanos e anti-imperiais, cívicos e antidespóticos, principalmente através duma leitura dos textos da república romana ou dela saudosos, como Cícero, Tácito, ou Tito Lívio. Graças a acasos de fortuna e a critérios filológicos menos cuidados⁶, os *Dialogi* acabaram por se ver no meio dessa controvérsia. O seu papel, e os motivos que levaram a isso, são a meu entender representativos dos próprios problemas e dos temas que expõem, e por isso será conducente traçá-los. Para isso porém será necessário entrar na obra propriamente dita.

Os *Diálogos* como os temos hoje são uma obra dividida em duas partes. Começam com uma visita do bibliómano e colecionador Niccolau Niccolì, da personagem do próprio Leonardo Bruni, dum tal Roberto Russo e de outros a casa do venerando chanceler de Florença Coluccio Salutati. Esta visita não parece ter um propósito particular: quando Coluccio interroga os seus visitantes pelo porquê da visita, ficam silenciosos e não têm resposta para dar, até que, numa das várias ocorrências daquilo que poderíamos chamar o *leitmotif* da esterilidade iterado ao longo da obra, se veem confrontados com a aparente conclusão de que se tinham dirigido à casa do chanceler com o propósito de o ouvir falar sobre qualquer tema que lhe aprouvesse, sem contudo terem qualquer intenção de contribuírem eles mesmos seja o que for para o debate. Coluccio leva isso a mal, e conta-lhes prontamente dos seus idos tempos de juventude, quando outra coisa não fazia que buscar ele próprio oportunidades para exercitar aquela que ele considera a primeira das artes — a Retórica, a que ele chama a *ars disputandi*. É a primeira de muitas ocasiões em que se justapõem duas *aetates hominum*, e é no mínimo curioso que não seja no formato Antiguidade-Modernidade mas sim no modo bastante mais gasto dos discursos saudosos que tendem a começar por “*No meu tempo...*”. Os jovens presentes — ou, melhor seria dizer, Nicolau, responde com um discurso simultaneamente glorioso e assustador, em que defende a impossibilidade da recuperação das artes praticadas pelos antigos devido ao facto de os grandes subsídios, os livros, os professores, em suma, toda a parafernália que houvera permitido aos antigos adquirir a sabedoria e a técnica de que gozaram na Antiguidade, tudo isso fora perdido e não se agoira agora a possibilidade de que possam vir a ser recuperadas.

Ego quidem, Coluci, in hac faece temporum atque in hac tanta librorum desideratione, quam quis facultatem disputandi assequi possit, non video. Nam quae bona ars, quae doctrina reperiri potest in hoc tempore, quae non aut loco mota sit, aut omnino

⁶ Seigel 1966.

profligata? Pone tibi ante oculos unamquamque earum quam velis, et quid nunc sit quidve olim fuerit considera: jam intelliges, eo deductas esse omnes, ut penitus desperandum sit.

e depois ainda

Neque enim hominibus ingenia desunt, neque discendi voluntas; sed sunt, ut opinor, hac perturbatione scientiarum desiderationeque librorum omnes viae addiscendi praeclusae, ut etiam si quis existat maxime ingenio validus maximeque discendi cupidus, tamen, rerum difficultate impeditus, eo quo cupiat pervenire non possit. Non enim potest quisquam sine doctrina, sine magistris, sine libris aliquid excellens in studiis suis ostendere.

Coluccio responde e argumenta que, sendo embora verdade que houve muito que se perdeu, que muito património clássico é irreconciliavelmente irrecuperável, ainda assim o que sobreviveu é o bastante para se voltar a atingir as alturas do saber que os antigos houveram alcançado.

Sunt enim optime artes labem aliquam passae; neque enim id unquam negabo; non tamen sunt ita deletae, ut eos qui se illis tradidere doctos ac sapientes facere non possint. Nec tamen tunc, quum hae artes florebant, omnibus placebat ad cacumen evadere, pluresque erant qui paucis, ut Neoptolemus, quam qui omnino philosophari vellent; quod item nunc ut faciamus nihil prohibet. [...] Atque utinam tot vel sciremus, vel etiam discere vellemus, quot hi libri, qui etiam nunc exstant, nos docere possunt. Sed nimium, ut modo dixi, delicati sumus: quae absunt cupimus; quae adsunt negligimus.

É um argumento essencialmente antiromântico, na medida em que não reconhece qualquer virtude especial à Antiguidade enquanto tal, nem atribui aos homens e mulheres que nela floresceram capacidades especiais por virtude apenas de terem florescido nos tempos da Antiga Roma. Para selar a discussão, traz para a mesa três exemplos que, segundo o que ele julga, decidirão a questão sem possibilidade ulterior de apelo. São as três coroas de Florença, os três grandes autores que já no século XV começavam a ser reconhecidos como os três maiores autores italianos a escrever no vernáculo. Coluccio está convencido de que jamais um argumento teórico ou filológico ousará desafiar a primazia de Dante, Petrarca, e Boccaccio, e por esse motivo apresenta-os como exemplos de pessoas que foram capazes de igualar se não mesmo superar a Antiguidade.

Não estava naturalmente à espera de que Nicolau ousasse fazer precisamente isso. Num discurso que se apresenta como um problema para nós vindouros e que ocupa um lugar profundamente incerto na história da Literatura Italiana, começa a retirar de forma violenta e proterva todo e qualquer mérito primeiro a Dante, a Petrarca, por fim a Boccaccio. Não é este o lugar de visitar esses

argumentos, mas a verdade é que um Coluccio Salutati, ao ouvi-los, pouca resposta possível tem, também devido ao facto de o elemento dramático entrar em jogo e ser anunciado que “é já de noite”. Este truque narrativo já tinha sido utilizado por Cícero⁷ naquela obra, da qual os *Dialogi* são uma paródia (no bom sentido), uma variação ou uma reinvenção — o tratado *De Oratore* de Cícero, embora devamos acrescentar que os *Dialogi* são modelados na versão mutilada a que Leonardo tinha acesso. A obra integral apenas será recuperada em 1421 por Poggio Bracciolini. Sem terem resolvido a questão, o grupo dissipa-se e concordam encontrar-se no dia seguinte.

Nesse dia seguinte, que corresponde à segunda parte dos *Diálogos*, e que se trava desta vez fora do seu domínio, fora da sua casa, e antes na casa do tal dito Roberto, o grupo reúne-se e começam por vários motivos a louvar a cidade de Florença. Louvam a cidade, louvam os seus habitantes, e por fim comentam que seria belo louvar também aqueles três grandes cidadãos de Florença que maior honra trouxeram à cidade. Os impropérios que no dia anterior tinham sido lançados contra as *três coroas*, diz Coluccio, podem ser refutados com a maior das facilidades; sugere contudo que, em vez dele, seja Leonardo Bruni (ou seja, a personagem) a refutar as críticas aos três grandes ou, o que é o mesmo, que seja ele a cantar-lhes os louvores, visto que já tinha feito o mesmo à cidade em si (uma clara referência ao panegírico de Leonardo *Laudatio Florentinae Urbis*). Leonardo não o recusa abertamente, mas prefere antes, depois de obtido o consentimento de Coluccio, passar a palavra para o Nicolau Niccolì, segundo a lógica de que aquele que (sem dúvida ironicamente) tinha insultado as três coroas é precisamente aquele a quem deve caber retirar as suas próprias palavras e, em vez de convícius, apresentá-los com louvores.

Ele assim o faz, de maneira alguma de forma convincente, e é com essa palinódia elogiosa para com as três coroas que terminam os *Dialogi*. É porém extremamente dúbio, para não dizer falso, que os argumentos que usa para o fazer sejam argumentos válidos: eu contendo que há motivos dramáticos e literários para que ele não seja capaz: não retira o que disse porque não quer. Um diálogo, a mais interessante das formas retóricas renascentistas, tem de ser entendido como um diálogo. Quando uma personagem profere argumentos dúbios, antes de os impugnarmos ao autor do diálogo devemos tentar antes perceber se essa falha argumentativa se enquadra na estrutura da obra. Não obstante, a grande discrepância de tom entre a primeira e a segunda parte desta obra não será o bastante para se transformar no navio-almirante da teoria de Hans Baron. Segundo esse estudioso, os *Dialogi* teriam sido compostos não só

⁷ *De Oratore* I.264 «Tu autem, quoniam exiguis quibusdam finibus totum oratoris munus circumdedisti, hoc facilius nobis expones ea, quae abs te de officiis praeceptisque oratoris quaesita sunt; sed opinor secundum hunc diem; satis enim multa a nobis hodie dicta sunt.» Também II.367.

em alturas diferentes como também com ideologias implícitas irreconciliáveis. Hans Baron coloca a primeira parte dos *Dialogi* no período que antecede a guerra entre Florença e Milão de 1402, uma altura em que, segundo a sua leitura, a opinião vigente num determinado estrato da população escolarizada tenderia ao tipo de classicismo militante exposto por Nicolau quando este afirma que seria absolutamente impossível recuperar o património clássico, e que por conseguinte todas as tentativas de elevar o património vulgar, itálico, comunal, terá que sair frustrado. Florença, parece ele dizer, não tem futuro porque jamais poderá ser Roma. As tradições medievais, desde o governo comunal à escrita no vernáculo, são um ato semelhante a cavar um fosso, estando nós já no fundo da caverna: são um afastar-se ainda mais da luz do Sol antigo. Ainda segundo Baron, a guerra e a quase milagrosa vitória sobre o Ducado de Milão levarão essa mesma geração a reavaliar os seus valores e a repensar as suas ligações com a cultura local, e a aparente mudança radical de perspectiva da primeira para a segunda parte dos *Diálogos* seria um testemunho *in actu* dessa evolução do pensamento. Os *Dialogi* assumiriam uma função central no entendimento do espírito do Renascimento, segundo o princípio grego de procurar a ἀρχή no princípio.

Ora, muito disso é claramente falso. A leitura de Baron foi refutada com argumentos filológicos num gentil mas coercivo aviso para o facto de ser a teoria a ter de se ater aos factos, e não ao aposto. Os argumentos de Baron, como fossem a publicação independente dos *Dialogi*, a existência de manuscritos contendo apenas a primeira parte etc., foram sistematicamente esvaziados de conteúdo: hoje não há nada que nos leve a crer que alguma vez a parte primeira foi concebida distinta da segunda. Mas então qual o propósito de visitar uma teoria antiquada? Antes de mais sem dúvida por respeito histórico: foram os estudos de Baron que trouxeram ou restituíram preeminência aos *Dialogi* e os colocaram no cânone das obras renascentistas, embora pelas razões erradas. Mas talvez pela causa ainda mais premente de que, como em quase tudo, até o erro é construtivo, neste caso é profundamente interessante e humanizador entendermos o *porquê* de Baron ter errado. Sou da opinião que a mesma fonte que deu a água suja a Baron será ainda agora, uma vez removido o sapo que a infetava, capaz de nos refrescar os olhos.

Baron falhou porque, ao deparar-se com duas posições irreconciliáveis, ou pelo menos contraditórias, não quis aceitar que uma tal ambiguidade pudesse existir numa só obra. Pegou nas diversas personagens dos *Dialogi* e, melhor ou pior atribuiu-lhes o estado de variações do pensamento do Leonardo Bruni escritor. Esqueceu-se que Leonardo Bruni, à data da publicação, 1402, tinha já aprendido Grego com Manuel Chrysoloras e tinha já lido e traduzido os dois grandes autores atenienses que elevaram a forma *Diálogo* a um patamar de subtilidade raramente depois alcançado, ou seja, como é óbvio, Xenofonte e Platão. É verdade que o modelo direto dos *Dialogi ad Petrum Histrum* é o *De oratore* ciceroniano. Mas o modelo de diálogo não é o modelo expositivo de

outros diálogos de Cícero, nem o modelo um tanto indeterminado (para sermos simpáticos) do próprio *De oratore*. Antes, estes *Dialogi* estão em termos de espírito muito mais próximos de obras como o *Protágoras* ou o *Górgias* do que dos *Soliloquia* de Agostinho ou (que é o referente cronológico mais próximo de que tenho conhecimento) do *Secretum conflictum curarum suarum* de Petrarca. Este tipo de diálogo, ambíguo, incerto, indisposto e incapaz de indoutrinar o leitor, preferindo antes colocar a responsabilidade da decisão interpretativa nos ombros de quem lê, será talvez a grande conquista espiritual do Renascimento, passando pelos *Diálogos* de Giovanni Pontano, de maneira egrégia por Erasmo, e culminando talvez nas utopias “sublimes, atormentadas e enigmáticas”⁸ de Thomas Moore e Campanella.

Claro que Leonardo Bruni não poderia ter sabido de antemão o decurso da história literária do Renascimento. Mas se, ao escolher escrever *Diálogos*, pareceu profetizar em termos de género de escrita, não foi a única profecia de que foi capaz. Um dos aspetos desta obra que mais fascínio acende é a capacidade quase de preconizar as escolhas com que os humanistas terão de lidar na sua tentativa impossível, talvez até mesmo louca, sim, de querer a grandeza dos Antigos sem por isso desejar que o Tempo rodasse para trás. O Renascimento é vital para os Estudos Clássicos porque as suas questões e as suas ânsias são ainda as nossas, e é força descobrir se as suas respostas são ainda as nossas ou se poderiam ser.

De facto, há à superfície duas respostas possíveis para o enigma duma Modernidade que se entenda como Restaurar e Renascer da sabedoria antiga. Nesse sentido poderíamos, sem prejuízo da verdade, encará-la como uma bifurcação e, se tivéssemos de tomar uma decisão, colocarmo-nos sob o signo de Hermes e de Diana Trívia: podemos tomar o caminho de Nicolau Niccolí e entender que a Antiguidade é simplesmente demasiado brilhante para ser alcançada. Demasiadas pérolas foram perdidas. Se é que nos resta algo a fazer, outro não é que a lamentação do passado passado, e a censura dos Modernos que julgarem que ainda é possível chegar a essa altura altiva. É a resposta do Romantismo, mas não só. É a resposta de quem na Grécia só vê luminosidade, ou mesmo que vê nobreza nas Trevas de Atenas e nelas não consegue apesar de tudo ver nada que não seja ideal, e necessário. Há uma linha ininterrupta que vai desde Nicolau Niccolí a Hölderlin a Sophia de Mello Breyner. É um caminho estranho e difícil pois, não inviabilizando a excelência, não tornando impossível a grandeza, como os exemplos citados de Hölderlin e de Sophia o demonstram, caminha ainda assim sobre uma corda-bamba estendida entre a esterilidade e a idolatria.

Uma outra resposta possível é a de Coluccio Salutati, que afirma não que os Antigos tenham *sido* o cume da civilização, mas sim que os Antigos *atingiram* o cume. São duas coisas diferentes, pois desimanentizando o Universal,

⁸ Garin 1961: 27.

não fazendo já o florescer das Artes depender dos Antigos, humaniza os seres humanos de Grécia e de Roma — na medida em que deixa de os considerar deuses, e muito menos deuses por virtude apenas de terem vivido e escrito na Antiguidade —, mas fá-lo ao mesmo tempo que lhes reconhece um nível de respeito e de interesse renovado: eles foram grandes, e escreveram grandes coisas, mesmo sendo apenas pessoas e humanos como nós: o que podemos nós aprender com eles? como podemos também nós cultivar a alma e o espírito? Eles poder-nos-ão ajudar, poder-nos-ão dar quer o seu exemplo quer os seus *exempla*. O grande problema desta conceção na era contemporânea é o ter-se tornando progressivamente mais difícil se não mesmo impossível de defender nesses mesmos termos: isto porque implica o reconhecimento de dois pressupostos não necessariamente relacionados. O primeiro é o reconhecimento de universais, de verdades eternas. O segundo é o ato de identificação dessas verdades eternas com as grandes virtudes da Antiguidade Greco-Latina e dela derivadas. A primeira é, a meu ver, necessária e obrigatória, e carecer dela é moral e culturalmente catastrófico. A segunda é mais difícil, pois também ela é funambulística, só que agora a corda tem de um lado um relativismo inconsequente da Antiguidade, em que a Antiguidade se torna irrelevante para a Querela da Modernidade, e tem do outro um chauvinismo letal e imperialista em que a cultura clássica se tenta afirmar como o *exemplo* por excelência, e onde os seus herdeiros parecem insistir que o que a Antiguidade lhes deixou em testamento não foram textos e ruínas mas sim virtude, império, e direito de domínio. (Na sua obra de nome *Louvor da Cidade de Florença*, o mesmo Leonardo Bruni foi um arguto crítico desta noção de ‘herança’ e do que significa louvar o Presente que gosta de ter à frente um retrato da Antiguidade quando se vê ao espelho.)

Se este é o Trívio, e se ambas as estradas têm sucesso dúbio, a verdade é que nenhum dos caminhos é univocamente acertado. E isso é bom, na medida em que já a própria escolha começa antes de mais por responsabilizar. Mas Leonardo ainda tem algo mais para nos dizer. Sensivelmente a dois terços da primeira parte dos *Diálogos*, Coluccio acabou de ouvir a grande diatribe de Nicolau. O grande argumento de Coluccio nessa altura é que seria impossível adquirir facúndia ou sequer capacidade de discussão sem um acesso constante e intenso às obras da Antiguidade, e o de Nicolau que essas obras estavam perdidas e eram irrecuperáveis. Ora Coluccio vê-se confrontado com o facto evidente de Nicolau ter acabado de fazer um brilhante discurso, mas como é que isso é possível se não há obras antigas disponíveis? É nessa altura que Roberto Russo, uma personagem que quase não é mais que um figurante, faz a sua única intervenção de peso, quando pergunta:

⁹ Laudatio Florentinae Urbis 608.

Patere, inquit, Coluci, ut antequam longius progrediare, ego te paululum interpellem: non enim video quin tibi contradicas; nam si hic Nicolaus, quem scimus disputationibus operam minus frequentem dedisse, satis disertus in respondendo fuit, et tu fateris, nobisque videtur, quid nobis tantopere succenses, si has disputationes non frequentavimus, cum possit quis, etiam sine hoc, studiis suis facere satis?

Outra coisa não parece estar a dizer de que é possível aprender e crescer muito, mesmo mantendo-se afastado das práticas e das recomendações dos Antigos. Em suma, que é possível ser tão grande como os Antigos ou mesmo Maior, e isto sem ser no modelo de Anões aos ombros de Gigantes; que seria possível ultrapassar os Antigos e deixá-los para trás, visto que, ao que parece, Nicolau chegou tão longe, muito embora confesse que os Modernos, por razões materiais, não estão em condições de prestar qualquer auxílio. A afirmação de Roberto é deixada *en passant*, e é descurada e inexplorada pelos restantes presentes. O facto não nos deve surpreender, a nós com perspetiva histórica suficiente para compreender o quão longe nos tempos está a ideia a que esse ponto de vista se referirá. Serão os tempos de Descartes, Maquiavel, Lutero, em que não mais bastará trepar escadas que se desfaçam sob os nossos pés, mas em que se procurará algo de fundamental, algo de sólido e incontestável — em Descartes será o *cogito*, em Maquiavel a malfadada *virtù*, em Lutero a restituição da doutrina paulina da justificação pela fé. Ora essa opinião pode servir-nos como contrapeso. Pode servir-nos para fazermos a triangulação com as duas outras possibilidades referidas. Um triângulo com Coluccio, Nicolau, e Roberto como vértices de três possibilidades antagónicas.

Assim termino. Quando li pela primeira vez os *Dialogi*, neles pouco mais vi que uma exploração retórica um tanto suspeita. Quando por fim voltei a eles, fi-lo animado pela necessidade urgente de justificar o estudo da Antiguidade perante mim e perante os meus pares. Esta obra é o testemunho crítico duma voz que, tal como nós, se debatia com a situação em que a herança esmagadora da Antiguidade era colocada paralelamente aos grandes conquistas do presente. Se, como suspeito, Leonardo Bruni ajudou os seus contemporâneos a recusar a posição de Antiquarismo radical para lhes permitir abrir os olhos à Modernidade, talvez nos possa ajudar também a nós a fazer o mesmo, e pôr a Modernidade cega em cheque, ou pelo menos em questão, em prol dum reconhecimento do valor real do estudo do mundo Greco-Romano. É talvez o primeiro grande ponto de interrogação que o Renascimento colocou sobre Roma e sobre Athenas, e por isso mais urgente hoje que nunca.

BIBLIOGRAFIA

- Burckhardt, J. (1860), *Die Kultur der Renaissance in Italien*. Viena.
- Baron, Hans (1968), *From Petrarch to Leonardo Bruni. Studies in Humanistics and political literature*. Chicago
- McLaughlin, M. (1995), *Literary Imitation in the Italian Renaissance*. Oxford.
- Sabbadini, R. (1905), *Le scoperte dei codici latini e greci ne' secoli XIV e XV, Vol. 1*. Florença.
- Vitti, P. (1996), *Opere letterarie e politiche di Leonardo Bruni*. Turim.
- Garin, E. (1981), *L'umanesimo italiano*. Bari.
- Seigel, J. (1966), “«Civic Humanism» or Ciceronian Rhetoric? The Culture of Petrarch and Bruni.” *Past & Present*: 3-48.